



O "MATERNAR" SOB O OLHAR DA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E ESCOLA

"Mothering" from the perspective of children with cerebral palsy: social representations family and school

Bruna Felix PINTO

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará - UEPA
Belém, Brasil

bruna.uepa@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0009-0002-1611-5489> 

Tania Regina Lobato dos SANTOS

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado Pará - UEPA
Belém, Brasil

tania02lobato@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-7188-4386> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este estudo analisa as representações sociais de crianças com paralisia cerebral sobre família e escola, buscando compreender os sentidos atribuídos por elas a esses espaços de convivência e suas implicações no desenvolvimento e na aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, realizada com cinco crianças de 7 a 10 anos atendidas em um programa de reabilitação infantil em Belém (PA). Como procedimentos metodológicos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e a técnica do desenho. Os resultados indicam que a escola é representada tanto como espaço de acolhimento, socialização e aprendizagem quanto como ambiente marcado por exclusão e barreiras. Em relação à família, as trajetórias de "maternar" emergem como o suporte fundamental do desenvolvimento, revelando que o cuidado, embora central na garantia de direitos, ainda é um trabalho marcadamente feminizado e invisibilizado nas redes de apoio à pessoa com deficiência. Os achados reforçam a importância de práticas educacionais inclusivas e do reconhecimento das relações de cuidado e das infâncias com deficiência como sujeitos de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Representações sociais. Infâncias. Maternidades. Paralisia cerebral. Educação inclusiva.

ABSTRACT

This study analyzes the social representations of children with cerebral palsy about family and school, seeking to understand the meanings they attribute to these spaces of coexistence and their implications for development and learning. This is a qualitative field study conducted with five children aged 7 to 10 who attend a child rehabilitation program in Belém, Pará, Brazil. The methodological procedures included semi-structured interviews and the drawing technique. The results indicate that school is represented both as a space of welcoming, socialization and learning, and as an environment marked by exclusion and barriers. Regarding the family, the trajectories of "mothering" emerge as the fundamental support for development, revealing that care, although central to guaranteeing rights, is still a markedly feminized and invisible task within support networks for people with disabilities. The findings highlight the importance of inclusive educational practices and of recognizing care relationships and children with disabilities as subjects of rights.

KEYWORDS: Social Representations. Childhoods. Mothering. Cerebral Palsy. Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

A Paralisia Cerebral (PC) é caracterizada como um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e da postura, atribuídas a distúrbios não progressivos que ocorreram no cérebro fetal ou infantil em desenvolvimento (Rosenbaum *et al.*, 2007). Nesta perspectiva, as infâncias das crianças com PC não podem ser dissociadas das maternidades que as sustentam. No contexto amazônico, o “maternar” transborda o afeto e configura-se como um labor político e social, onde mulheres enfrentam barreiras para garantir o acesso aos espaços que são de direitos de seus filhos. Investigar as Representações Sociais das crianças é, portanto, desvelar como esse cuidado é sentido e ancorado por quem o recebe.

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “Representações Sociais de crianças da segunda infância com Paralisia Cerebral sobre escola e família”. O objetivo central é analisar as Representações Sociais dessas crianças sobre seus contextos de convivência, buscando identificar as narrativas, imagens e sentidos atribuídos por elas ao cuidado recebido no âmbito familiar e às vivências escolares. Ao priorizar a voz da criança, compreende-se como o “maternar” é percebido por quem é alvo desse cuidado, revelando as subjetividades e os afetos que sustentam o desenvolvimento infantil.

A investigação fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais (TRS) em sua abordagem processual, conforme proposta por Moscovici (2009). A escolha por este aporte justifica-se pela necessidade de compreender a gênese dos sentidos construídos pelas crianças, considerando a historicidade e o contexto de produção — neste caso, a realidade de Belém-PA. Através dos processos de objetivação e ancoragem, busca-se desvelar como o universo da reabilitação, da família e da escola é simbolizado por esses sujeitos, incidindo diretamente em suas identidades e em seu reconhecimento como sujeitos de direitos.

Historicamente, a criança com deficiência foi situada em um lugar de invisibilidade e passividade, muitas vezes reduzida ao seu diagnóstico clínico. Entretanto, ao partirmos da Sociologia da Infância (Qvortrup, 2010), compreende-se a criança como um ator social pleno, capaz de produzir cultura e interpretar sua própria realidade. Nesse sentido, o estudo das Representações Sociais permite capturar o “conhecimento do senso comum” que orienta as condutas e a comunicação desses sujeitos no cotidiano (Jodelet, 2001).

A família e a escola emergem, assim, como as principais instituições socializadoras. Na família, o cuidado de mulheres, frequentemente invisibilizado como trabalho, constitui a base do suporte emocional e físico. Na escola, por sua vez, as crianças com PC enfrentam o desafio de habitar um espaço que, embora de direito, ainda se apresenta permeado por barreiras atitudinais e pedagógicas. Há neste espaço escolar uma profunda participação da família na luta pela garantia de direitos. Investigar essas representações é, portanto, uma forma de tensionar as políticas públicas de inclusão e o reconhecimento dos direitos humanos, garantindo que a infância das crianças com Paralisia Cerebral seja vista em sua potência e subjetividade.

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS) – ABORDAGEM PROCESSUAL

A compreensão da Paralisia Cerebral (PC) para além de suas definições clínicas exige um aporte teórico capaz de capturar as subjetividades e os sentidos construídos no cotidiano. Nesse cenário, a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici (2009), oferece um arcabouço robusto ao tratar o conhecimento não como uma mera opinião, mas como uma forma de "conhecimento prático" que orienta a comunicação e as condutas. No contexto deste estudo, a TRS permite deslocar o olhar do diagnóstico puramente clínico para a dimensão social da experiência da criança e de sua rede de cuidado, compreendendo como essas representações são geradas por meio dos processos dialéticos de objetivação e ancoragem. Enquanto a objetivação materializa o abstrato em imagens, permitindo que a criança concretize sentidos sobre a família ou a escola, a ancoragem integra essas novas informações ao sistema de valores do sujeito, classificando o mundo a partir de suas vivências.

Jodelet (2001) enfatiza que a representação é sempre a representação de algo para alguém, o que nos leva a considerar que, para a criança com PC, o objeto "família" está profundamente ancorado em uma experiência de cuidado intensivo e contínuo.

As crianças com PC não são receptoras passivas de tratamentos; elas elaboram sentidos próprios sobre sua condição e sobre o "maternar" que as sustenta. Como propõe Ornellas (2013), as representações funcionam como "letras imagéticas" que permitem à criança ler sua realidade. Assim, ao articular a TRS com a reabilitação infantil na Amazônia, percebemos que o universo simbólico dessas crianças é atravessado pelo trabalho de cuidado de mulheres que, muitas vezes de forma invisibilizada, garantem o direito à infância e à convivência social, transformando o hospital e a escola em territórios de intensas trocas afetivas e lutas por visibilidade.

METODOLOGIA

A investigação adota uma abordagem de pesquisa de campo de natureza qualitativa. O estudo qualitativo, conforme Ludke e André (1986, p. 11), estabelece “o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”, permitindo a profunda imersão no campo e a apreensão dos significados atribuídos pelos participantes. O delineamento metodológico foi concebido para analisar as Representações Sociais das crianças, buscando desvendar a complexidade dos sentidos que emergem das interações e experiências cotidianas sobre o cuidado materno e a escola.

A coleta de dados foi realizada no Hospital Sarah Belém, no estado do Pará, *lócus* que se configura, para além de sua função clínica, como um território de intensas vivências de cuidado materno e de busca pela garantia de direitos, onde as crianças e suas famílias (re)constroem sentidos sobre a deficiência e a inclusão social.

Participaram da pesquisa (5) cinco crianças, com idades entre 7 e 10 anos, diagnosticadas com Paralisia Cerebral (PC). A amostra apresentou uma idade média de 8,6 anos, sendo a distribuição por gênero a seguinte: (3) três meninas e (2) dois meninos. Visando proteger a identidade e a privacidade, os participantes foram identificados por nomes fictícios, escolhidos por eles, no relatório da pesquisa: Kelly, Yara, Lila, Davison e Dário.

Os procedimentos éticos foram rigorosamente seguidos, com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob a numeração do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE: 872066925.9.0000.0374. A participação foi voluntária, formalizada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos responsáveis e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelas próprias crianças.

Para a coleta, o estudo utilizou duas técnicas complementares: a Entrevista Semi-Estruturada (para aprofundar as narrativas) e a Técnica de Elaboração do Desenho.

As entrevistas com as crianças foram realizadas no período de julho a setembro de 2025, durante os atendimentos psicopedagógicos no Programa de Reabilitação Infantil do Hospital Sarah Belém. O registro integral das falas foi efetuado por meio de gravador de celular. A entrevista semiestruturada foi empregada com o objetivo de “[...] construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (Minayo,

2010, p. 64), buscando acessar as narrativas e os sentidos atribuídos pelas participantes.

A técnica de elaboração do desenho foi utilizada como instrumento complementar e essencial. Seu intuito foi elucidar os conceitos, saberes e Representações Sociais sobre o cuidado nos contextos familiar e escolar, servindo como base para evidenciar as representações que não puderam ser expressas oralmente pelas crianças.

A elaboração do desenho ocorreu após as entrevistas, sendo uma "técnica apropriada a casos em que a comunicação oral não se mostre suficiente para levantar as impressões do pesquisado" (Víctora *et al.*, 2000, p. 70). Segundo o mesmo autor, o desenho funciona como ferramenta projetiva que visa a representação gráfica de uma concepção, tornando-se o ponto de partida para a discussão. Além disso, a imagem presente no desenho permite apreender "as simbologias presentes e o discurso para além do que foi dito" (Oliveira; Oliveira; Silveira, 2018, p. 25).

A interpretação de cada desenho foi fundamentada na Teoria das Representações Sociais, identificando os processos de Ancoragem e Objetivação.

A sistematização dos achados resultou nos seguintes eixos temáticos para a discussão: (1) A infância com Paralisia Cerebral: Desafios e potenciais; e (2) Imagens e sentidos das crianças com Paralisia Cerebral sobre o cuidado na Família e na Escola.

Assim, a metodologia aqui descrita não buscou apenas "coletar informações", mas sim estabelecer um espaço de escuta onde a criança com paralisia cerebral pudesse narrar sua própria história e os contornos do cuidado que a circunda.

A INFÂNCIA COM PARALISIA CEREBRAL: DESAFIOS E POTENCIAIS

A Paralisia Cerebral (PC) é definida como um grupo de desordens permanentes no desenvolvimento do movimento e da postura, resultantes de uma lesão não progressiva ocorrida durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil. Essa condição implica limitações no perfil de funcionalidade do indivíduo, frequentemente acompanhada por uma gama de distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e problemas musculoesqueléticos secundários (Rosenbaum *et al.*, 2007).

Embora a PC não afete intrinsecamente a inteligência, pode gerar dificuldades de aprendizado e alterações no controle atencional. Mais crucial para este estudo, a limitação motora impõe desafios significativos ao desenvolvimento socioemocional, conforme Rosenbaum *et al.* (2007) alertam: "[...] as limitações motoras podem levar a dificuldades na participação de atividades sociais, resultando em isolamento e

exclusão". A necessidade de superar esse isolamento e de fomentar a autoestima reforça a importância da inclusão em ambientes escolares e sociais, sendo estes contextos fundamentais para a promoção do desenvolvimento pleno da criança com PC.

A família também é considerada um dos contextos essenciais para o desenvolvimento global de uma criança. Dantas (2010) pesquisou o impacto do diagnóstico de PC para a família e evidenciou que as famílias recebem esse diagnóstico de maneira negativa e apresentam grande culpa, necessitando de uma rede de apoio profissional e familiar eficaz para adaptar-se positivamente à situação.

No contexto hospitalar, a comunicação de diagnósticos graves é um momento crítico. A transmissão de "más notícias", embora frequente, é ainda dificultada pela falta de preparo do comunicador (geralmente centrado na figura do médico) e pelas barreiras linguísticas, não verbais, sociais e culturais inerentes à interação médico-paciente. Mas o que constitui, de fato, uma "má notícia" nesse cenário?

Para os pais, o impacto vai além do termo técnico. Receber um diagnóstico ou um prognóstico sobre o desenvolvimento de uma criança com uma lesão cerebral – como a Paralisia Cerebral – implica uma ruptura abrupta nas expectativas idealizadas de um padrão de "normalidade". Essa notícia não é apenas um informe clínico; ela desencadeia uma reestruturação completa do projeto de vida familiar, transformando a percepção dos pais e inaugurando sua jornada de aprendizado e adaptação.

Para as famílias de crianças com deficiência, o processo de produção de cuidados passa por outros cenários e obrigações, o que aumenta a carga de trabalho das mães, que passam a necessitar de terapêuticas em saúde especializadas e de espaços institucionais construídos para esse fim. Quando trazemos ao centro da discussão o cuidado à criança com deficiência, na maioria dos casos, quem acaba por se fazer presente nesses movimentos de produção de cuidado é a mãe ou outra mulher (avó, irmã, tia, madrastra). Nos movimentos para cuidar de si e de seus filhos as mães produzem ações de cuidado que são acontecimentos em ato e consequências da interação entre as pessoas (Merhy, 2002).

O processo de enfrentamento e adaptação das famílias é, frequentemente, extenso, caracterizado pela busca persistente por "cura" ou melhora funcional após o diagnóstico. Consequentemente, a rotina da criança com Paralisia Cerebral é imediatamente redimensionada, tornando-se intensamente focada em intervenções; a criança passa a cumprir um extenso calendário de atendimentos terapêuticos e reabilitação. Essa hipermedicalização da rotina resulta em uma restrição significativa dos espaços de brincadeira, lazer e convívio familiar de qualidade. O tempo da criança,

majoritariamente alocado sob os cuidados de profissionais da saúde e da educação especializada, diminui o espaço dedicado às atividades inerentes à infância e à socialização espontânea.

Longe de serem definidas apenas pelo diagnóstico e pela rotina de intervenções, essas crianças demonstram um interesse vigoroso pela brincadeira, pela interação e pelo convívio social, reafirmando sua pertença à categoria social da infância. Essa pulsão lúdica e comunicativa é a própria essência de seu desenvolvimento: a brincadeira é reconhecida não apenas como lazer, mas como um direito e um motor fundamental para a construção de saberes e para o desenvolvimento socioafetivo.

A busca ativa por interações, mesmo quando mediada por barreiras motoras ou comunicacionais, é uma prova da competência social da criança, que se esforça continuamente para produzir e participar da cultura de pares (Corsaro, 2011). Portanto, o potencial reside na sua capacidade de resistência à exclusão. É o reconhecimento dessa competência — o querer brincar e interagir — que interpela a sociedade e os contextos institucionais (escola e saúde) a proverem ambientes verdadeiramente equitativos, transformando o potencial manifesto em participação social plena.

IMAGENS E SENTIDOS DAS CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL SOBRE O CUIDADO NA FAMÍLIA E NA ESCOLA

Nesta seção inicia-se a análise das Representações Sociais partilhadas pelas crianças com PC sobre o cuidado na família e a escola, utilizando os conceitos de Ancoragem e Objetivação da TRS.

Os dados foram coletados durante os atendimentos no Programa de Reabilitação Infantil do Hospital Sarah Belém. As crianças foram orientadas a objetivar suas representações, sendo solicitadas a desenhar a escola (incluindo amigos, brincadeiras e adultos) e a família (incluindo membros e momentos vivenciados).

Após a conclusão dos desenhos, cada participante realizou uma oralização do seu trabalho, verbalizando e ancorando as imagens criadas. A partir de suas representações de Família foi possível levantar a seguinte categoria para análise: (1) O “maternar”: Cuidado e proteção. E os sentidos atribuídos a escola: (1) lugar de brincadeira; (2) lugar de aprendizagem; (3) lugar de violência; (4) lugar de exclusão.

O “MATERNAR”: CUIDADO E PROTEÇÃO

Uma criança representa a família, na figura dos pais e da irmã. Destaca o cuidado e afeto materno da seguinte forma: “[...] *A minha mãe é a pessoa que mais cuida de mim. Ela tem paciência e entende quando fico bravo*” (Dário, 8 anos).

Ao final da elaboração do desenho da família, a criança acrescentou a imagem de um cachorro e citou “*Ela cuida até do nosso cachorro*”, conforme a figura a seguir:



Fonte: Coleta de dados da pesquisa (2025)

"Eu desenhei meu pai e minha mãe bem grandes. Eu e minha irmã estamos aqui no meio. Esse é o nosso cachorro Frederico, que o papai e a mamãe estão segurando" (Dário, 8 anos).

Na exposição de Dário, a grandeza física dos pais simboliza sua magnitude no campo afetivo e funcional: eles são objetivados em uma figura de proteção, com os braços estendidos para acolher não apenas os filhos, mas também o cachorro Frederico, que é incluído no núcleo de cuidado. Essa centralidade dos pais reflete a Ancoragem da família como o principal ponto de segurança e suporte incondicional.

É particularmente significativo que Dário, que possui diagnóstico de Paralisia Cerebral diplérgica e utiliza andador ou cadeira de rodas, opte por omitir esses dispositivos de auxílio à locomoção nos desenhos da família. Esta omissão sugere que, no espaço representado da Família, a Paralisia Cerebral é temporariamente não objetivada, a necessidade de instrumentos de reabilitação não define sua imagem no núcleo protetor. Essa representação contrasta de maneira notória com seus desenhos sobre a escola (que serão apresentados na próxima subseção), onde é comum a inclusão desses dispositivos, indicando que o peso da deficiência é diferentemente distribuído nos dois contextos.

A representação da família como um núcleo de cuidado também se manifesta em Yara, que, ao descrever seu desenho, expressa grande afetividade por seus pais por "cuidarem bem dela". Destaca que sua mãe é a pessoa "quem mais brinca", pois o pai precisa trabalhar.

Sua narrativa também revela uma complexa negociação da estrutura familiar:

Fiz eu na casa do meu pai e eu na casa minha mãe porque eles são separados. A minha mãe tem namorado que é o meu tio e o meu pai também tem uma namorada. Eu queria que a minha família fosse junta, mas eles dizem que ficou melhor assim. E... eu acho que ficou melhor mesmo. Assim, ninguém briga mais (Yara, 9 anos).

Figura 2 – Família de Yara



Fonte: Coleta de dados da pesquisa (2025).

A Figura 2, que visualmente apresenta a família de Yara dividida por uma linha, objetiva a separação conjugal. Sua fala, por sua vez, demonstra a ancoragem dessa nova estrutura: o desejo inicial de ter os pais juntos é imediatamente suplantado por uma racionalização que internaliza o discurso parental: "*melhor assim, ninguém briga mais*" (Yara, 9 anos). Neste ponto, a representação da família reflete o que Corsaro (2011) discute sobre os conflitos familiares que afetam a esfera infantil. A representação que Yara constrói, ainda que ancorada no cuidado, revela a inevitável exposição da criança às tensões sociais: "[...] rotina adulto-criança é geração de perturbação e incerteza. [...] Infelizmente, perturbações também surgem com o estresse, os conflitos e mesmo a violência que as crianças enfrentam em suas famílias" (Corsaro, 2011, p. 133-134).

A representação de Yara, assim, é exemplar ao mostrar que o cuidado e a afetividade coexistem com a necessidade de processar a separação e o conflito, internalizando a nova ordem familiar para garantir a própria estabilidade emocional.

Na fala de Yara, o brincar é objetivado como uma extensão do cuidado materno. A dicotomia entre o pai que trabalha e a mãe que brinca e cuida demonstra como a figura materna é ancorada como o único porto de afetividade disponível. Essa

exclusividade do “maternar” no universo lúdico da criança com PC evidencia que a mãe transborda suas funções para suprir ausências, tornando-se a principal mediadora do direito à infância.

A análise das representações da família revela que, em todas as narrativas, o cuidado e o afeto incondicional da mãe são os elementos centrais. Essa forte representação da mãe como núcleo de proteção e de valorização do potencial de desenvolvimento, impede que o capacitismo se manifeste ou seja percebido pelas crianças. A ausência de barreiras atitudinais ou de estigma explícito nos relatos sobre os pais sugere a não existência ou a invisibilidade do capacitismo nesse ambiente. A deficiência não é objetivada no convívio familiar, permitindo que a criança não se veja definida por suas limitações, mas sim pelo seu potencial. A família, portanto, funciona como um porto seguro que resiste à lógica capacitista predominante na sociedade.

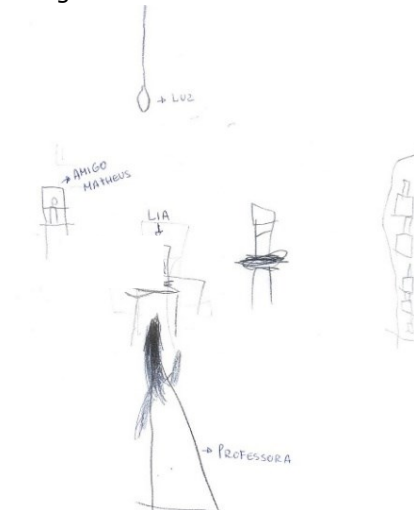
A ESCOLA: LUGAR DE BRINCADEIRA E APRENDIZADO x LUGAR DE VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO

O contexto escolar é, inicialmente, representado pelas crianças com Paralisia Cerebral (PC) como um espaço de desejo e possibilidades. A escola é ancorada na sua função social idealizada, sendo vista como o principal *lócus* de socialização e aprendizagem após o núcleo familiar.

A categoria “lugar de brincadeira e aprendizagem” demonstra que as crianças com PC compartilham o mesmo ideal de infância de seus pares.

A Ancoragem da escola na função de aprendizado e acolhimento é inicialmente reforçada pela figura docente. Lila, de 7 anos, objetiva esse suporte, descrevendo sua professora de forma positiva: *“Minha escola é grande e bonitinha. A professora é muito legal porque ensina a gente a educação. Quando não entendo uma tarefa, ela sempre me ajuda a fazer”* (Lila, 7 anos).

Figura 3 – Sala de aula de Lila



Fonte: Coleta de dados da pesquisa (2025).

A Figura 3 representa esse ambiente estruturado com as cadeiras dos estudantes e a professora à frente.

A imagem idealizada do aprendizado é confrontada pela dura realidade do convívio com os pares. Lila revela uma relação de exclusão no campo interpessoal ao relatar: *"Eu só tenho um amigo na escola, o Matheus. Ninguém gosta de mim lá na sala, só porque eu gosto do Matheus. Ele também não tem amigos. Chamam ele de chato"* (Lila, 7 anos)

Durante a entrevista, a avó de Lila citou que o isolamento se devia ao fato de Matheus ser autista. Lila se posiciona em uma situação de co-exclusão, sendo isolada por manifestar afeição por um colega também estigmatizado. O estigma, que recai sobre o colega através do rótulo pejorativo "chato", é ancorado pelo grupo de pares como mecanismo de controle da relação social. Essa dinâmica revela que as barreiras escolares que afetam as crianças com Paralisia Cerebral não são apenas arquitetônicas, mas primariamente atitudinais, configurando a escola como um lugar de exclusão que afeta o direito fundamental à participação social plena e à construção da cultura de pares.

Vale ressaltar que, em sua narrativa, Lila evidencia a figura materna como a principal articuladora do direito à socialização e ao brincar no espaço escolar: *"Minha mãe sempre vai lá na escola reclamar, falar com as tias sobre essas coisas que acontecem"* (Lila, 7 anos). Ao questionar as posturas e condutas da instituição, a mãe assume um papel político de tensionamento pedagógico, exigindo que a diversidade, a empatia e o respeito deixem de ser discursos abstratos para se tornarem práticas

concretas de inclusão. Esse movimento revela um “maternar” que atua na linha de frente da defesa dos direitos humanos na infância.

A exclusão por barreiras funcionais e atitudinais é vivida de forma expressiva por Davison (10 anos). Em sua narrativa e desenho, o recreio – o momento mais simbólico da cultura de pares – é representado não como um espaço de participação, mas de observação assistida: “[...] Na hora do recreio eu fico sentado com a tia, olhando os meninos brincarem de bola. A tia pede pra alguém brincar comigo de uno, dominó...essas coisas. Mas, todo mundo gosta mesmo é de correr” (Davison, 10 anos).

Figura 4 – O recreio de Davison



Fonte: Coleta de dados da pesquisa (2025).

O desejo de participação é evidente, mas a barreira funcional (o comprometimento do membro inferior que causa desequilíbrio na marcha) é o fator limitante. A criança internaliza o risco de queda, o que a impede de participar de brincadeiras que exigem corrida, resultando em seu isolamento.

A mediação da mediadora ("tia") na tentativa de integrar a criança em brincadeiras alternativas (uno, dominó) revela um esforço individual de inclusão, mas também mostra a desafiador papel do ambiente escolar em prover espaços verdadeiramente equitativos. A representação de Davison ancora a escola em uma estrutura onde a diversão é sinônimo de velocidade e movimento. O desejo de "correr" dos pares torna-se, metaforicamente, a barreira social que nega o direito de Davison à brincadeira coletiva. Essa observação passiva configura a negação da participação plena, transformando o recreio em um momento de reafirmação da diferença e da exclusão.

Jodelet (2001, p. 22) explica que representar ou se representar “[...] corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser tanto

uma pessoa ou uma coisa, acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria”, sendo que esse ato de representar pode ser algo real ou do imaginário, o imprescindível é que tenha a presença do objeto.

A autora descreve que as representações sociais são: “[...] uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, no qual os conteúdos manifestam a operação de processos geradores e funcionais socialmente marcados, designa uma forma de pensamento social” (Jodelet, 1984, p. 361).

Desse modo, as Representações Sociais construídas pelas crianças com PC demonstram uma dualidade nítida entre os contextos sociais. A família, especialmente a mãe, é uniformemente representada como o núcleo de proteção e cuidado, contrastando com a escola, que é vista sob uma tensão dialética: representada como um espaço de desejo por aprendizagem e brincadeira, mas, simultaneamente, de barreiras e exclusão social.

A exclusão, a violência e o estigma observados nas falas de Lila e Davison não são eventos isolados, mas a manifestação de um sistema que ancora a deficiência na incapacidade. Este ciclo de negação da participação tem um impacto direto e profundo no desenvolvimento e na aprendizagem. Quando o recreio se torna um espaço de observação assistida e o convívio social é pautado pela co-exclusão, o direito à brincadeira — essencial para o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo — é violado. A aprendizagem, que deveria ser um processo coletivo e interativo, é prejudicada quando a criança, constantemente confrontada com a reafirmação da diferença, internaliza o estigma, podendo levar à baixa autoestima, à retração social e até mesmo à evasão escolar. Tais representações negativas se tornam um entrave ao pleno desenvolvimento da criança, demonstrando que as barreiras mais destrutivas não são aquelas que impedem a entrada física, mas sim aquelas atitudinais que impedem o pertencimento no mundo da infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar as Representações Sociais que crianças com Paralisia Cerebral constroem sobre seus dois principais contextos de convivência: a família e a escola. Fundamentado na Teoria das Representações Sociais (TRS) e na Sociologia da Infância, o estudo demonstrou como a criança com PC se posiciona como um agente ativo na construção de sentidos. O *corpus* da pesquisa revelou uma tensão dialética notória, objetivada na dualidade entre os dois microssistemas.

A família, especialmente representada pela figura materna, emerge uniformemente nas representações como o núcleo de proteção e cuidado, onde as mães são representadas como as primeiras “especialistas” na criança e a própria PC é simbolicamente omitida nos desenhos, permitindo que a criança ancore sua imagem em um horizonte de potencial. O estudo revela que o “maternar” é o que evidencia a existência social da criança com PC. Contudo, essa centralidade materna denuncia a urgência de políticas públicas que desonerem essas mulheres e transformem o cuidado em uma responsabilidade coletiva, garantindo que o direito ao desenvolvimento pleno não dependa exclusivamente do sacrifício invisível das mães. Em contraste, a escola é representada sob profunda ambivalência: apesar de ser ancorada como um espaço de desejo e aprendizagem, a realidade escolar a transforma em um local de reafirmação da diferença. A exclusão é objetivada de duas formas cruciais — nas barreiras atitudinais (estigma e exclusão no grupo de pares) e nas barreiras funcionais (inadaptação do ambiente, como no recreio) —, consolidando o estigma como o núcleo figurativo da escola na experiência da criança.

A principal contribuição deste estudo reside em fomentar a discussão acerca da relevância das RS de crianças com deficiência na fase da segunda infância, deslocando a discussão da deficiência do campo clínico para o campo social. Demonstra-se que as barreiras que impedem a participação plena da criança em contextos sociais não são inerentes à lesão cerebral, mas sim às estruturas sociais e atitudinais que falham em se adaptar à diversidade.

Os achados exigem uma ruptura epistêmica na prática educacional: não basta a presença física (inclusão formal); é imperativa a reforma das atitudes, adaptações e estratégias para que a criança com PC possa, de fato, exercer seu protagonismo. Em última análise, a voz dessas crianças é um poderoso manifesto que exige que a sociedade e a escola parem de objetificar a PC como um limite e passem a ancorar a criança em seu potencial social. A efetivação da inclusão exige a transformação do estigma em acolhimento, garantindo o direito fundamental à brincadeira, à aprendizagem e à participação plena.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 jun. 2024.

CORSARO, William. **Sociologia da infância**. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DANTAS, Maryeli Santos. *et al.* Impacto do diagnóstico de paralisia cerebral para a família. **Texto contexto – enferm.** Florianópolis, v. 19, n. 2, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000200003>

JODELET, Denise. As representações sociais: um domínio em expansão. *In*: CAMARGO, Brígido Vizeu; PAREDES, Antônia Silva (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JODELET, Denise (Org.). **Les representatios sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira de; GOMES, Romeu; MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 61-77.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes; SILVEIRA, Andréa Pereira. A técnica do desenho na pesquisa educacional sobre representações sociais. *In*: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes; LOBATO, Huber Kline Guedes (Org.). **Pesquisa educacional sobre representações sociais**: o uso da técnica do desenho e dos mapas conceituais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 21-54.

ORNELLAS, Maria Lúcia da Silveira. Representação social: um conceito estiloso – escapa e reencontra. In: ORNELLAS, Maria Lúcia da Silveira. **Representações sociais e educação**: letras imagéticas. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 21-34.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação E Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 631-644, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200014>.

ROSENBAUM, Peter *et al.* A report: The definition and classification of cerebral palsy april 2006. **Developmental Medicine and Child Neurology**, [S.l.], v. 49, n. 2, p. 8-14, 2007.

VÍCTORA, Ceres Gomes *et al.* **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

O “MATERNAR” SOB O OLHAR DA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E ESCOLA

“Mothering” from the perspective of Children with Cerebral Palsy: Social Representations Family and School

Bruna Felix Pinto

Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Pará - UEPA
Universidade do Estado Pará - UEPA
Programa de Pós-Graduação em Educação - UEPA
Belém, País

bruna.uepa@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0009-0002-1611-5489>

Tania Regina Lobato dos Santos

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC
Universidade do Estado Pará - UEPA
Programa-Graduação em Educação - UEPA
Belém, Brasil

tania02lobato@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-7188-4386>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Travessa dos Tupinambás, 663, Edifício Samurai, Belém -PA, Brasil – 66033122

AGRADECIMENTOS

Agradecemos de modo especial, à equipe do Hospital Sarah Belém, pela possibilidade de realização da pesquisa, e às crianças com Paralisia Cerebral que com seus desenhos e narrativas compuseram este estudo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: B. F. Pinto, T. R. L. Santos

Coleta de dados: B. F. Pinto

Análise de dados: B. F. Pinto, T. R. L. Santos

Discussão dos resultados: B. F. Pinto, T. R. L. Santos

Revisão e aprovação: B. F. Pinto, T. R. L. Santos

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Este trabalho teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) sob o CAAE: 872066925.9.0000.0374, da qual este trabalho segue todos os princípios éticos para preservação do anonimato, confidencialidade e manutenção do sigilo das pessoas envolvidas na pesquisa, por isso foram utilizados nomes fictícios na identificação dos participantes.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 31-03-2026 – Aprovado em: 23-07-2026 – Publicado em: 12-10-2026